



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 297/2016 - UFPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

NÍVEL D (Nível Médio)
TÉCNICO DE LABORATÓRIO –
Área: QUÍMICA

19 de fevereiro de 2017

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

BOLETIM DE PROVA

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTEs.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **50** questões objetivas, sendo **Conhecimentos Básicos – 10** de Língua Portuguesa e **10** de Legislação – e **30** de **Conhecimentos Específicos**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**.
- 6 Do **Cartão-Resposta**, não serão computadas as questões cujas alternativas estiverem sem marcação, com mais de uma alternativa marcada ou com o uso de corretivo.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O CARTÃO-RESPOSTA somente será substituído se contiver falha de impressão e/ou se os dados apresentados não corresponderem aos seus.
- 8 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas. O BOLETIM DE QUESTÕES não valerá, sob hipótese alguma, para efeito da correção.
- 9 O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 10 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no **item 2** acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 11 Somente será permitido ao candidato levar o seu BOLETIM DE QUESTÕES ao deixar, em definitivo, a sala de provas, no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 12 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 8:00 horas e término às 12:00 horas**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito a 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 13 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

CARTA POR UM MUNDO SEM VIOLÊNCIA

1 A violência é uma doença passível de prevenção. Nenhum estado ou indivíduo pode estar seguro
2 em meio a um mundo sem segurança. Os valores de não violência na intenção, no pensamento e na ação
3 se transformaram de opção a necessidade. Esses valores encontram expressão na sua aplicação no
4 relacionamento entre estados, grupos e indivíduos. Estamos convictos de que a adesão aos valores da não
5 violência trará uma ordem mundial mais pacífica e civilizada, na qual haverá de fato uma governança justa
6 e eficaz, que respeita a dignidade humana e a santidade da vida. Nossas culturas, histórias e vidas
7 individuais estão interconectadas, e nossas ações são interdependentes. Hoje, mais do que nunca, não
8 podemos ignorar esta verdade: nosso destino é um destino comum. E esse destino será definido pelas
9 nossas intenções, decisões e ações no presente. Estamos convictos ainda de que, não obstante difícil, o
10 processo de criar uma cultura de paz e não violência é necessário e nobre. A afirmação dos valores contidos
11 nesta Carta é um passo vital para assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da humanidade e a
12 consecução de um mundo sem violência.

13 Nós, Laureados com o Prêmio Nobel da Paz, reafirmando nosso compromisso com a Declaração
14 Universal dos Direitos Humanos, movidos pela preocupação e necessidade de pôr fim à disseminação da
15 violência em todos os níveis da sociedade, e principalmente às ameaças de escala global que põem em
16 risco a sobrevivência da raça humana, pedimos à comunidade global que promova os seguintes princípios:

17 Primeiro: Em um mundo interdependente a prevenção e cessação de conflitos armados entre e
18 dentro dos estados poderá exigir a ação coletiva da comunidade internacional. A segurança de um país ou
19 estado individual pode ser obtida pela promoção da segurança humana global. Isto requer o fortalecimento
20 da capacidade de implementação do sistema das Nações Unidas, e também da cooperação entre
21 organizações regionais. Segundo: Para ter um mundo sem violência, os estados devem respeitar o estado
22 de direito e sempre honrar seus compromissos legais. Terceiro: É fundamental avançarmos sem demora
23 para a eliminação universal e verificável de todas as armas nucleares e de destruição em massa. Os
24 estados que possuem tais armas devem tomar medidas concretas em direção ao desarmamento e à criação
25 de um sistema de segurança que não dependa de intimidação nuclear. Quarto: A fim de contribuir para a
26 eliminação da violência na sociedade, a produção e venda de armas leves deve ser reduzida e fortemente
27 controlada em nível internacional, regional, nacional e local. Quinto: O terrorismo jamais pode ser justificado,
28 pois a violência sempre gera violência, e porque nenhum ato de terror contra populações civis de qualquer
29 país pode ser levado a cabo em nome de causa alguma. Mas a luta contra o terrorismo não pode justificar
30 a violação de direitos humanos, leis humanitárias internacionais ou normas civilizatórias e democráticas.
31 Sexto: Para pôr fim à violência doméstica e familiar é preciso respeito incondicional pela igualdade,
32 liberdade, dignidade e direitos das mulheres, homens e crianças por parte de todos os indivíduos,
33 instituições estatais, religiões e sociedade civil. Sétimo: Todos os indivíduos e estados partilham da
34 responsabilidade pela prevenção da violência contra crianças e jovens, nosso futuro comum e mais precioso
35 dom. Todos eles têm direito à educação de qualidade, cuidados básicos de saúde eficazes, segurança
36 pessoal, proteção social, plena participação na sociedade e um ambiente propício que reforce a não
37 violência como estilo de vida. A educação para a paz, que promove não violência e enfatiza a qualidade
38 humana inata da compaixão, deve ser parte essencial do currículo das instituições educacionais de todos
39 os níveis. Oitavo: Prevenir os conflitos advindos da falta de recursos naturais, principalmente fontes de
40 energia e água, requer que os estados, afirmativamente e pela criação de padrões e mecanismos legais,
41 garantam a proteção do meio ambiente e motivem a população a ajustar seu consumo segundo a
42 disponibilidade de recursos e verdadeiras necessidades humanas. Nono: Pedimos às Nações Unidas e
43 seus estados membros que promovam a apreciação da diversidade étnica, cultural e religiosa. A regra de
44 ouro do mundo não violento é: Trate os outros da forma como deseja ser tratado. Décimo: Os principais
45 instrumentos políticos que levam ao nascimento de um mundo não violento são instituições democráticas
46 que funcionem e o diálogo baseado na dignidade, conhecimento e compromisso, conduzido com vistas ao
47 equilíbrio dos interesses das partes envolvidas. Décimo Primeiro: Todos os estados, instituições e
48 indivíduos devem apoiar os esforços para diminuir a desigualdade na distribuição dos recursos econômicos
49 e resolver as desigualdades mais gritantes que constituem solo fértil para a violência. O desequilíbrio nas
50 condições de vida leva inevitavelmente à falta de oportunidades e, em muitos casos, à perda da esperança.
51 Décimo Segundo: A sociedade civil (inclusive os defensores dos direitos humanos e da paz) e os ativistas
52 ecológicos devem ser reconhecidos e protegidos como grupos essenciais para a construção de um mundo
53 não violento, pois todos os governos devem servir às necessidades de seu povo. Devem ser criadas
54 condições para permitir e incentivar a participação da sociedade civil, especialmente das mulheres, nos
55 processos políticos em nível global, regional, nacional e local. Décimo Terceiro: Ao implementar os
56 princípios dessa Carta, convidamos todos a trabalharem juntos por um mundo mais justo, livre da prática



57 do matar, no qual todos tenham o direito de não serem mortos e a responsabilidade de não matar ninguém.
58 A fim de combater todas as formas de violência, incentivamos a pesquisa científica em todos os campos da
59 interação e diálogo humanos e pedimos a participação das comunidades acadêmica, científica e religiosa
60 para que nos ajudem na transição para sociedades não violentas onde não se mata.

Este documento é resultado de vários anos de trabalho de pessoas e organizações laureadas com o Prêmio Nobel da Paz. A minuta foi aprovada na 7ª Cúpula Mundial como “Primeira Minuta para uma Carta por um Mundo Sem Violência”. A versão final foi aprovada pelos Laureados com o Prêmio Nobel da Paz na 8ª Cúpula dos Laureados com o Prêmio Nobel da Paz em 2007.

<http://www.comitepaz.org.br/download/carta%20por%20um%20mundo%20sem%20viol%C3%Aancia.pdf>

Texto adaptado.

- 1 Com base no texto “Carta por um mundo sem violência”, é CORRETO afirmar que
- (A) diferentes formas de violência ocorrem diariamente no mundo, pondo em risco a vida de seres humanos, animais, vegetais.
 - (B) a vida de todos os povos da terra, embora não seja idêntica da perspectiva étnico-cultural, está plenamente interconectada.
 - (C) a diversidade étnica, cultural e religiosa é apontada como a principal causa de conflitos no mundo.
 - (D) a participação das mulheres aumentou consideravelmente nos processos civilizatórios do mundo moderno.
 - (E) o trabalho para a construção de um mundo não violento depende essencialmente de políticas públicas que tornem isso viável.
- 2 O texto “Carta por um mundo sem violência” tem como objetivo
- (A) traçar um plano para apoiar o diálogo entre os países.
 - (B) incentivar a erradicação de formas específicas de violência.
 - (C) promover a inter-relação étnica, cultural e religiosa entre os povos.
 - (D) estimular a vida em comunidade no mundo.
 - (E) indicar caminhos para buscar a paz no mundo.
- 3 O trecho “Em um mundo interdependente a prevenção e cessação de conflitos armados entre e dentro dos estados poderá exigir a ação coletiva da comunidade internacional.” (linhas 17 e 18) pode ser reescrito, sem prejuízo de compreensão e conteúdo, como
- (A) “Em um mundo conectado a prevenção e o fim de problemas armados entre e nos estados exigirá a atuação total da comunidade internacional.”
 - (B) “A atuação combinada do coletivo internacional será fundamental para prevenir conflitos armados em um mundo interconectado.”
 - (C) “Para precaver e dar cabo a conflitos armados entre e nos estados poder-se-á requerer atuação conjunta da comunidade internacional, num mundo interdependente.”
 - (D) “Como forma de premunir e interromper conflitos, o mundo inter-relacionado demandará a ação coletiva dos e para os estados.”
 - (E) “Cessar e prevenir conflitos poderá demandar uma ação combinada entre e nos estados, para que um mundo conectado de fato exista.”
- 4 No trecho “O terrorismo jamais pode ser justificado, **pois** a violência sempre gera violência, e **porque** nenhum ato de terror contra populações civis de qualquer país pode ser levado a cabo em nome de causa alguma. **Mas** a luta contra o terrorismo não pode justificar a violação de direitos humanos, leis humanitárias internacionais ou normas civilizatórias e democráticas.” (linhas 27 a 30), os conectivos destacados implicam, respectivamente, relações semânticas de
- (A) causa, causa e oposição.
 - (B) explicação, explicação e adversidade.
 - (C) condição, explicação e adversidade.
 - (D) inclusão, oposição e explicação.
 - (E) concessão, causa e oposição.



- 5 No trecho “A educação para a paz, **que promove não violência e enfatiza a qualidade humana inata da compaixão**, deve ser parte essencial do currículo das instituições educacionais de todos os níveis.” (linhas 37 a 39), as orações em negrito contribuem para
- (A) distinguir o tipo de educação mencionado.
 - (B) qualificar a paz em questão.
 - (C) explicar o que é a educação para a paz.
 - (D) delimitar a educação para a paz pretendida.
 - (E) intensificar o sentido de educação para a paz.
- 6 Tem-se, no trecho “A regra de ouro do mundo não violento é: **Trate os outros da forma como deseja ser tratado**.” (linhas 43 e 44), um exemplo de oração imperativa que expressa
- (A) inclinação.
 - (B) ordem.
 - (C) ênfase.
 - (D) persuasão.
 - (E) sugestão.
- 7 No trecho “A sociedade civil (inclusive os defensores dos direitos humanos e da paz) e os ativistas ecológicos devem ser reconhecidos e protegidos como grupos essenciais para a construção de um mundo não violento.” (linhas 51 a 53), afirma-se que os parênteses poderiam ser substituídos por
- I vírgulas.
 - II ponto e vírgula.
 - III hifens.
 - IV travessões.
 - V dois-pontos.
- Estão CORRETOS os itens
- (A) I e II, somente.
 - (B) II e III, somente.
 - (C) I e III, somente.
 - (D) I e IV, somente.
 - (E) IV e V, somente.
- 8 O item lexical em negrito, no trecho “Devem ser criadas condições para permitir e incentivar a participação da sociedade civil, **especialmente** das mulheres, nos processos políticos em nível global, regional, nacional e local.” (linhas 53 a 55), foi empregado para
- (A) selecionar o complemento nominal ‘das mulheres’.
 - (B) destacar o complemento nominal ‘das mulheres’.
 - (C) incluir o complemento nominal ‘das mulheres’.
 - (D) inverter o complemento nominal ‘das mulheres’.
 - (E) combinar o complemento nominal ‘das mulheres’.



- 9 De acordo com a regência nominal padrão, poder-se-ia reescrever o trecho “Para pôr fim à violência doméstica e familiar é preciso respeito incondicional pela igualdade, liberdade, dignidade e direitos das mulheres, homens e crianças por parte de todos os indivíduos, instituições estatais, religiões e sociedade civil.” (linhas 31 a 33) como
- (A) “Para pôr fim a violência doméstica e familiar é preciso respeito incondicional a igualdade, liberdade, dignidade e direitos das mulheres, homens e crianças por parte de todos os indivíduos, instituições estatais, religiões e sociedade civil.”
- (B) “Para pôr fim à violência doméstica e familiar é preciso respeito incondicional à igualdade, liberdade, dignidade e aos direitos das mulheres, homens e crianças por parte de todos os indivíduos, instituições estatais, religiões e sociedade civil.”
- (C) “Para pôr fim a violência doméstica e familiar é preciso respeito incondicional da igualdade, liberdade, dignidade e direitos das mulheres, homens e crianças por parte de todos os indivíduos, instituições estatais, religiões e sociedade civil.”
- (D) “Para pôr fim à violência doméstica e familiar é preciso respeito incondicional para com igualdade, liberdade, dignidade e direitos das mulheres, homens e crianças por parte de todos os indivíduos, instituições estatais, religiões e sociedade civil.”
- (E) “Para pôr fim à violência doméstica e familiar é preciso respeito incondicional por cuja igualdade, liberdade, dignidade e direitos das mulheres, homens e crianças por parte de todos os indivíduos, instituições estatais, religiões e sociedade civil.”
- 10 Afirma-se que os trechos em que há predicados verbal e nominal são:
- I “A violência é uma doença passível de prevenção. Nenhum estado ou indivíduo pode estar seguro em meio a um mundo sem segurança.” (linhas 1 e 2)
- II “A afirmação dos valores contidos nesta Carta é um passo vital para assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da humanidade e a consecução de um mundo sem violência.” (linhas 10 a 12)
- III “A fim de contribuir para a eliminação da violência na sociedade, a produção e venda de armas leves deve ser reduzida e fortemente controlada em nível internacional, regional, nacional e local.” (linhas 25 a 27)
- IV “Prevenir os conflitos advindos da falta de recursos naturais, principalmente fontes de energia e água, requer que os estados, afirmativamente e pela criação de padrões e mecanismos legais, garantam a proteção do meio ambiente...” (linhas 39 a 41)
- V “A fim de combater todas as formas de violência, incentivamos a pesquisa científica em todos os campos da interação e diálogo humanos...” (linhas 58 e 59)

Estão CORRETOS

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) III e IV, somente.
- (D) IV e V, somente.
- (E) I, II e IV, somente.

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 11 Estabelece a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, os requisitos básicos para investidura em cargo público. Além de ter a nacionalidade brasileira e aptidão física e mental, os outros requisitos básicos são:
- (A) A quitação com as obrigações militares e eleitorais e o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, somente.
- (B) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e a idade mínima de dezoito anos, somente.
- (C) O gozo dos direitos políticos e a quitação com as obrigações militares e eleitorais, somente.
- (D) A idade mínima de dezoito anos; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e o gozo dos direitos políticos, somente.
- (E) O gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e a idade mínima de dezoito anos.



- 12 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é CORRETO afirmar que, ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio, probatório por período de
- (A) 24 (vinte e quatro) meses.
 - (B) 36 (trinta e seis) meses.
 - (C) 12 (doze) meses.
 - (D) 48 (quarenta e oito) meses.
 - (E) 60 (sessenta) meses.
- 13 Além dos quesitos exoneração, demissão e promoção, conforme determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, os outros quesitos em que decorrerá a vacância do cargo público são:
- (A) Readaptação, aposentadoria e falecimento, somente.
 - (B) Aposentadoria e posse em outro cargo inacumulável, somente.
 - (C) Posse em outro cargo inacumulável e falecimento, somente.
 - (D) Readaptação; aposentadoria; posse em outro cargo inacumulável e falecimento.
 - (E) Falecimento, aposentadoria e posse em outro cargo inacumulável, somente.
- 14 Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede. É o que contempla a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Para fins do disposto nesta Lei, é CORRETO afirmar que poderá ser concedido remoção ao servidor a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, nas seguintes situações:
- (A) Para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial, somente.
 - (B) Por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial e em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, somente.
 - (C) Para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial e em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (D) Para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, somente.
 - (E) Para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração, somente.



- 15 De acordo com o que determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, conceder-se-á ao servidor, além das licenças por motivo de doença em pessoa da família; para serviço militar e para capacitação, as seguintes:
- (A) Por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para atividade política e para tratar de interesses particulares, somente.
 - (B) Por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para atividade política; para tratar de interesses particulares e para desempenho de mandato classista.
 - (C) Por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro e para atividade política, somente.
 - (D) Por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro e para tratar de interesses particulares, somente.
 - (E) Para atividade política; para tratar de interesses particulares e para desempenho de mandato classista, somente.
- 16 O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependem. Essas são duas de várias outras vedações ao servidor público, de acordo com o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. É vedado ainda
- (A) Usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos; desviar servidor público para atendimento a interesse particular e retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.
 - (B) Retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público e ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
 - (C) Cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo sempre em boa ordem; ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal e resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.
 - (D) Resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las; zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva e ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (E) Comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis; manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição e participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum.
- 17 O Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. O Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento tem por objetivo, dentre outros, o de contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão. Entre os objetivos que o referido Decreto contempla, destaca-se:
- (A) Capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública, exclusivamente.
 - (B) Capacitar o servidor para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da IFE, exclusivamente.
 - (C) Capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública e capacitar o servidor para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da IFE.
 - (D) Capacitar o terceirizado para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da IFE, exclusivamente
 - (E) Capacitar o celetista para o desenvolvimento de ações de gestão pública, exclusivamente.



- 18 A gestão dos cargos do Plano de Carreira obedece a vários princípios e diretrizes, como: I – natureza do processo educativo, função social e objetivos do Sistema Federal de Ensino; II – dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração, e as competências específicas decorrentes. É o que contempla a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Outros princípios e diretrizes podem ser identificados, como:
- (A) Qualidade do processo de trabalho; reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão e vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições, somente.
 - (B) Investidura em cada cargo condicionada à aprovação em concurso público; desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais e garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal, somente.
 - (C) Avaliação do desempenho funcional dos servidores, como processo pedagógico, realizada mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, referenciada no caráter coletivo do trabalho e nas expectativas dos usuários e oportunidade de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas específicas, somente.
 - (D) Qualidade do processo de trabalho; reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão; vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições e investidura em cada cargo condicionada à aprovação em concurso público; desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais; garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal; avaliação do desempenho funcional dos servidores, como processo pedagógico, realizada mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, referenciada no caráter coletivo do trabalho e nas expectativas dos usuários; e oportunidade de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas específicas.
 - (E) Vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições; investidura em cada cargo condicionada à aprovação em concurso público e desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais, somente.
- 19 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dentre outras finalidades, objetivos, diretrizes e instrumentos, o referido Decreto contempla o afastamento para treinamentos regularmente instituídos, que somente serão autorizados quando o horário do evento de capacitação inviabilizar o cumprimento da jornada semanal de trabalho do servidor, observados os seguintes prazos:
- (A) Até vinte e quatro meses, para mestrado; até quarenta e oito meses, para doutorado; até doze meses, para pós-doutorado ou especialização e até seis meses, para estágio.
 - (B) Até trinta e seis meses, para mestrado; até sessenta meses, para doutorado; até vinte e quatro meses, para pós-doutorado ou especialização e até doze meses, para estágio.
 - (C) Até trinta e seis meses, para mestrado; até quarenta e oito meses, para doutorado; até vinte e quatro meses, para pós-doutorado ou especialização e até seis meses, para estágio.
 - (D) Até vinte e quatro meses, para mestrado; até sessenta meses, para doutorado; até doze meses, para pós-doutorado ou especialização e até doze meses, para estágio.
 - (E) Até vinte e quatro meses, para mestrado; até sessenta meses, para doutorado; até vinte e quatro meses, para pós-doutorado ou especialização e até doze meses, para estágio.



- 20 O Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. Propor ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão o planejamento estratégico do GESPÚBLICA é uma das competências do Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública, instituído pelo referido Decreto. Outras competências podem ser identificadas, dentre elas:
- (A) Articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA e constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA, somente.
 - (B) Articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA e monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA, somente.
 - (C) Constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA e certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA, somente.
 - (D) Articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (E) Monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos, somente.

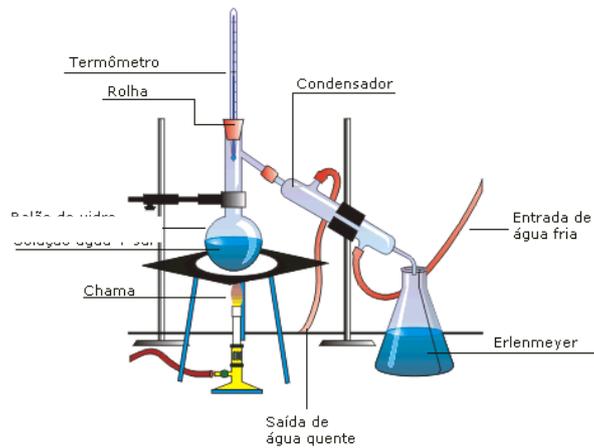
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 Em caso de derramamento de pequenas quantidades de solução concentrada de um ácido inorgânico forte sobre a bancada durante um trabalho de rotina no laboratório, como providência imediata deve-se
- (A) neutralizar o ácido derramado com NaHCO_3 ou com suspensão de Mg(OH)_2 .
 - (B) neutralizar o ácido derramado com água destilada ou com água oxigenada concentrada.
 - (C) calçar luvas de borracha e enxugar o ácido derramado com toalha de papel ou de tecido.
 - (D) continuar o trabalho que estava sendo realizado, utilizando outra bancada.
 - (E) jogar água sobre o ácido derramado e acionar a central de segurança para concluir a limpeza.
- 22 Ao atravessar ou remover tubos de vidro ou termômetros em rolas de borracha ou cortiça, deve-se minimamente utilizar como equipamento de proteção individual
- (A) avental e protetor auricular.
 - (B) luva cirúrgica e avental plástico.
 - (C) máscara de tecido e protetor facial.
 - (D) luva de amianto e calçado fechado.
 - (E) luva de pelica e óculos de segurança.
- 23 Entre as operações de laboratório que devem ser realizadas em capela com sistema de exaustão, está o(a)
- (A) titulação de um ácido forte com uma base forte.
 - (B) aquecimento em banho-maria de soluções salinas.
 - (C) recolhimento de alíquota de produto insípido não volátil.
 - (D) aquecimento até a evaporação de produtos inflamáveis.
 - (E) mistura de soluções de mesmo soluto com concentrações diferentes.



- 24 Na maioria dos laboratórios de química, existem líquidos inflamáveis estocados. Então, para a correta estocagem desses líquidos, deve-se conhecer de cada um deles o(a)
- (A) ponto de ebulição e o ponto de fulgor.
 - (B) massa molar e o ponto de sublimação.
 - (C) densidade e o grau de solubilidade em álcool.
 - (D) nível de periculosidade e o endereço do fornecedor.
 - (E) fórmula química e o estado físico à temperatura ambiente.
- 25 A manipulação de produtos químicos tóxicos em laboratório é inevitável, mas pode ser feita com elevado grau de segurança, quando se conhece o(a)
- (A) toxicidade do produto e os procedimentos para sua manipulação.
 - (B) fórmula estrutural espacial do produto e os mecanismos de reação.
 - (C) grau de intoxicação do produto e seu comportamento em meio aquoso.
 - (D) porcentagem em massa do produto e suas propriedades organolépticas.
 - (E) método de obtenção do produto e os procedimentos para o descarte na pia.
- 26 Manipulações no laboratório envolvendo sais de metais alcalinos contendo o ânion perclorato (ClO_4^-) requerem cuidados pelo fato de que esses compostos, quando macerados, podem
- (A) fundir.
 - (B) explodir.
 - (C) sublimar.
 - (D) volatilizar.
 - (E) desproporcionar.
- 27 Peróxidos estão entre os compostos químicos perigosos de uso frequente no laboratório de química e um deles é o
- (A) Na_2O
 - (B) H_2O_2
 - (C) P_2O_5
 - (D) N_2O
 - (E) CO_2
- 28 Determinada amostra de ácido acetilsalicílico foi pesada em balança analítica com precisão de $\pm 0,0001$ e o valor encontrado foi 12,4716 g. Essa mesma amostra foi pesada em outra balança com precisão $\pm 0,01$ g. Então a massa da substância correspondente à segunda pesagem deve ser expressa como
- (A) 12,0
 - (B) 12,4
 - (C) 12,47
 - (D) 12,471
 - (E) 12,4716

29 Observe o esquema abaixo.



Esse esquema ilustra o aparato de laboratório recomendado para realizar a separação dos componentes de uma mistura

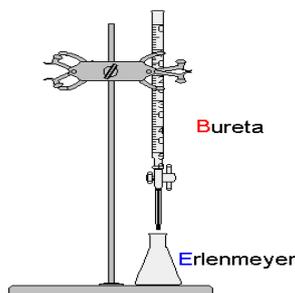
- (A) bifásica sólido-gás.
 (B) homogênea gás-gás.
 (C) bifásica sólido-líquido.
 (D) trifásica sólido-líquido-gás.
 (E) homogênea sólido-líquido.
- 30 Cinco diferentes massas de sulfato de alumínio foram pesadas em duas balanças, sendo uma semianalítica e a outra comercial. Os resultados obtidos estão no quadro abaixo.

amostras	massa de sulfato de alumínio (g)	
	balança semianalítica	balança comercial
1	32,072	32
2	48,242	48
3	60,202	60
4	82,071	82
5	98,928	100

O maior erro relativo (%) corresponde à pesagem da amostra

- (A) 1
 (B) 2
 (C) 3
 (D) 4
 (E) 5
- 31 Soluções contendo o cátion mercuroso quando reagem com o HCl diluído originam, entre os produtos da reação, o composto branco que precipita no meio reacional, cuja fórmula molecular é
- (A) HgCl_2
 (B) Hg_2Cl_2
 (C) Hg_2Cl
 (D) HgCl
 (E) Hg_2Cl_3

32 Observe o esquema abaixo.



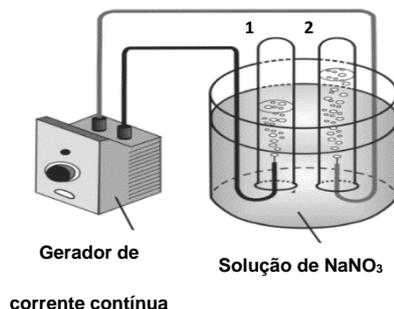
O esquema ilustra os utensílios utilizados em uma titulação. Assim, para titular uma solução de NaOH de concentração desconhecida com uma solução padronizada de HCl, deve-se adicionar na bureta a solução

- (A) ácida e no erlenmeyer somente a solução alcalina.
 - (B) ácida juntamente com um indicador ácido-base e no erlenmeyer a solução alcalina.
 - (C) alcalina juntamente com um indicador ácido-base e no erlenmeyer a solução ácida.
 - (D) ácida e no erlenmeyer a solução alcalina juntamente com um indicador ácido-base.
 - (E) alcalina e no erlenmeyer a solução ácida juntamente com um indicador ácido-base.
- 33 Soluções de sais de metais de transição são de uso rotineiro no laboratório de química. Por isso, foi solicitado ao técnico de laboratório que preparasse 1 litro de solução aquosa $0,1 \text{ mol}\cdot\text{L}^{-1}$ de cloreto férrico (massa molar $162,5 \text{ g}\cdot\text{mol}^{-1}$), partindo do sal sólido PA. O técnico procedeu corretamente se pesou em balança analítica exatamente
- (A) 16,2500 g do sal e acrescentou em um béquer de capacidade 500mL contendo água destilada até a metade e agitou até a completa solubilização do sal; depois transferiu a solução para um balão volumétrico de capacidade 1L, completando em seguida o volume com água destilada até o traço de referência do balão.
 - (B) 1,6250 g do sal e acrescentou em um balão volumétrico de capacidade 1L contendo água destilada até a metade e agitou até a completa solubilização do sal; em seguida completou o volume com água destilada até o traço de referência do balão; por último, rotulou o balão informando a data de preparação da solução.
 - (C) 1,6250 g do sal e acrescentou em um béquer de capacidade 500mL contendo água destilada até a metade e agitou até a completa solubilização do sal; depois transferiu a solução para um balão volumétrico de capacidade 1L, lavou cuidadosamente as paredes do béquer com água destilada e verteu o conteúdo do béquer para o balão volumétrico, completando em seguida o volume com água destilada até o traço de referência do balão; por último, rotulou o balão informando o soluto, a concentração e a data de preparação da solução.
 - (D) 16,2500 g do sal e acrescentou em um béquer de capacidade 500mL contendo água destilada até a metade e agitou até a completa solubilização do sal; depois transferiu a solução para um balão volumétrico de capacidade 1L, lavou cuidadosamente as paredes do béquer com água destilada e verteu o conteúdo do béquer para o balão volumétrico, completando em seguida o volume com água destilada até o traço de referência do balão; depois de fechar com tampa apropriada, movimentou verticalmente o balão para a homogeneização da solução; por último, rotulou o balão informando o soluto, a concentração e a data de preparação da solução.
 - (E) 16,2500 g do sal e acrescentou em um béquer de capacidade 500mL contendo água destilada até a metade e agitou até a completa solubilização do sal; depois transferiu a solução para um balão volumétrico de capacidade 1L, completando em seguida o volume com água destilada até o traço de referência do balão; por último, rotulou o balão informando o soluto, a concentração e a data de preparação da solução.
- 34 Reagentes utilizados no laboratório de química são, na grande maioria, acondicionados em frascos de vidro. Mas existem alguns que devem ser acondicionados em frascos de polipropileno ou similar porque atacam o vidro, como é o caso do
- (A) óxido de bário.
 - (B) ácido fluorídrico.
 - (C) cloreto de metila.
 - (D) acetato de sódio.
 - (E) hidróxido de amônio.

35 Para realizar a obtenção de gás hidrogênio (H_2) por meio da reação química entre um metal e um ácido, foi solicitado ao técnico de laboratório que separasse os reagentes necessários, sendo um deles uma solução diluída de ácido clorídrico (HCl) e o outro uma pequena lâmina de um metal que, em relação ao hidrogênio, seja mais

- (A) volátil e de difícil oxidação.
- (B) maleável e eletropositivo.
- (C) reativo e eletronegativo.
- (D) facilmente reduzido.
- (E) facilmente oxidado.

36 Observe o esquema abaixo.



Esse esquema ilustra o aparato utilizado na eletrólise de uma solução aquosa de nitrato de sódio, com eletrodos inertes. No final do processo, o deslocamento do líquido no interior do tubo 1 foi o dobro do ocorrido no tubo 2, como mostrado na figura. Os produtos da eletrólise recolhidos nos tubos (1) e (2) foram, respectivamente, os gases

- (A) O_2 e H_2
- (B) O_2 e NO_2
- (C) H_2 e O_2
- (D) H_2 e NO_2
- (E) O_3 e NO_3

37 Considere a reação química:



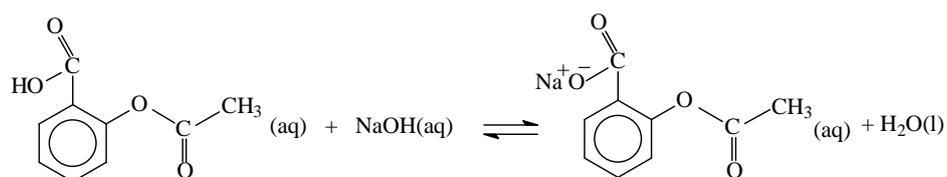
De acordo com as teorias ácido-base, nessa reação o(a)

- (A) H_2O atua como ácido de Arrhenius porque libera íons hidroxila.
- (B) H_2O atua como ácido de Brønsted-Lowry porque cede próton.
- (C) OH^- atua como ácido de Lux Flood porque recebe íons O^{2-} .
- (D) NH_4^+ atua como ácido de Lewis porque doa par eletrônico.
- (E) NH_3 atua como base de Arrhenius porque recebe íons H^+ .

38 No composto de fórmula molecular CH_3COOH , está presente o grupo funcional

- (A) metanoíla.
- (B) carboxila.
- (C) carbonila.
- (D) metoxila.
- (E) formila.

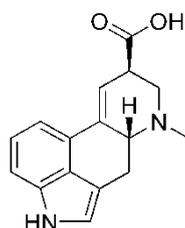
39 Observe a reação química esquematizada abaixo.



Essa reação pode ser classificada como

- (A) substituição nucleofílica.
- (B) adição eletrofílica.
- (C) alcalinização.
- (D) simples troca.
- (E) neutralização.

40 Observe a fórmula estrutural abaixo.



Nessa fórmula, o número de anéis aromáticos presentes na molécula do ácido lisérgico é igual a

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

41 A equação química abaixo representa a reação entre o ácido propanoico e o etanol.



O composto **B** produzido nessa reação química é o

- (A) $\text{C}_5\text{H}_{10}\text{COH}$
- (B) $\text{C}_5\text{H}_{10}\text{COOH}$
- (C) $\text{C}_3\text{H}_5\text{COC}_2\text{H}_5$
- (D) $\text{C}_3\text{H}_5\text{COOC}_2\text{H}_5$
- (E) $\text{C}_2\text{H}_5\text{COOC}_2\text{H}_5$

42 Alcadienos são hidrocarbonetos alifáticos cuja cadeia carbônica contém duas duplas ligações. Desse modo, a fórmula molecular que pode representar um alcadieno é a

- (A) C_2H_3
- (B) C_3H_6
- (C) C_4H_5
- (D) C_5H_9
- (E) C_6H_{10}

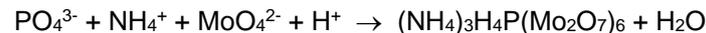


- 4.3 Peróxido de hidrogênio reage com soluções de sulfato de manganês em meio alcalino, o que pode ser conseguido com a adição de amoníaco ao meio reacional, como representado na equação química



Nessa reação química, o

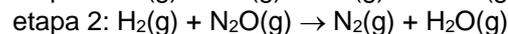
- (A) O_2^- é oxidado a O^{2-} .
 - (B) NH_3 é reduzido a NH_4^+ .
 - (C) Mn(II) é oxidado a Mn(IV) .
 - (D) H_2O_2 atua como agente redutor.
 - (E) MnSO_4 atua como agente oxidante.
- 4.4 A equação iônica referente à reação do íon fosfato com o molibdato de amônio, $(\text{NH}_4)_6\text{Mo}_7\text{O}_{24} \cdot 4\text{H}_2\text{O}$, em meio ácido é



A soma dos coeficientes estequiométricos dessa equação química, após o correto balanceamento, é igual a

- (A) 51
- (B) 50
- (C) 49
- (D) 45
- (E) 41

- 4.5 A reação química $2\text{H}_2(\text{g}) + 2\text{NO}(\text{g}) \rightarrow \text{N}_2(\text{g}) + 2\text{H}_2\text{O}(\text{g})$ ocorre em duas etapas:



Sobre essas reações químicas, é CORRETO afirmar que na etapa

- (A) 1 o número de moléculas reagentes é igual ao número de moléculas formadas.
 - (B) 2 a massa de reagentes é diferente da massa de produtos formados.
 - (C) 1 há dois reagentes e dois produtos, todos no mesmo estado físico.
 - (D) 1 ocorre reação de síntese, enquanto na 2 ocorre análise.
 - (E) 2 ocorre reação de análise, enquanto na 2 ocorre síntese.
- 4.6 O pH de uma solução foi medido empregando-se um peagâmetro e o valor encontrado foi 9,0. Então a solução analisada apresenta característica
- (A) neutra com a mesma concentração de íons H^+ e OH^- .
 - (B) ácida com concentração de íons H^+ igual a $10^{-9} \text{ mol.L}^{-1}$.
 - (C) ácida com concentração de íons H^+ igual a $10^{-5} \text{ mol.L}^{-1}$.
 - (D) alcalina com concentração de íons OH^- igual a $10^{-5} \text{ mol.L}^{-1}$.
 - (E) alcalina com concentração de íons OH^- igual a $10^{-9} \text{ mol.L}^{-1}$.

- 4.7 Em análise qualitativa, a precipitação dos cátions Ca^{2+} e Ba^{2+} presentes em solução pode ser obtida pela adição de uma solução contendo o ânion

- (A) CO_3^{2-}
- (B) S_2O_3^-
- (C) S^{2-}
- (D) Cl^-
- (E) Br^-



Com base nas seguintes informações, responda às questões 48, 49 e 50.

A adição de um ácido a uma solução contendo o íon sulfito leva à formação de dióxido de enxofre gasoso, que, se borbulhado em uma solução de água de cal (solução saturada de hidróxido de cálcio), provoca sua turvação devido à formação do sulfito de cálcio, que é insolúvel em meio aquoso. Mas, com o borbulhamento em excesso de dióxido de enxofre, o sulfito de cálcio é dissolvido e forma-se o sal $\text{Ca}(\text{HSO}_3)_2$.

48 A equação química que representa corretamente a reação da água de cal com o dióxido de enxofre gasoso, em quantidade estequiométrica, é

- (A) $2\text{CaOH}(\text{aq}) + \text{SO}_2(\text{g}) \rightarrow \text{Ca}_2\text{SO}_4(\text{s}) + \text{H}_2\text{O}(\text{l})$
- (B) $2\text{CaOH}(\text{aq}) + \text{SO}_2(\text{g}) \rightarrow \text{Ca}_2\text{SO}_3(\text{s}) + \text{H}_2\text{O}(\text{l})$
- (C) $\text{Ca}(\text{OH})_2(\text{aq}) + \text{SO}_2(\text{g}) \rightarrow \text{CaSO}_3(\text{s}) + \text{H}_2\text{O}(\text{l})$
- (D) $\text{Ca}(\text{OH})_2(\text{aq}) + \text{SO}_2(\text{g}) \rightarrow \text{CaSO}_4(\text{s}) + \text{H}_2\text{O}(\text{l})$
- (E) $\text{Ca}(\text{OH})_3(\text{aq}) + \text{SO}_2(\text{g}) \rightarrow \text{CaHSO}_4(\text{s}) + \text{H}_2\text{O}(\text{l})$

49 Borbulhando-se dióxido de enxofre gasoso em excesso em 150mL de solução de $\text{Ca}(\text{OH})_2$ 0,01 mol.L⁻¹ e admitindo-se um rendimento de 100%, a quantidade máxima, em gramas, de $\text{Ca}(\text{HSO}_3)_2$ que pode ser formada é igual a aproximadamente

- (A) 0,10
- (B) 0,30
- (C) 0,74
- (D) 1,23
- (E) 2,21

Dado:

Massas Molares (g.mol⁻¹): Ca = 40 ; O = 16 ; H = 1 ; S = 32

50 O composto de fórmula $\text{Ca}(\text{HSO}_3)_2$ é classificado como um sal

- (A) ácido.
- (B) duplo.
- (C) neutro.
- (D) básico.
- (E) anfótero.